

Mónica Arroyo

Professora do Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, Brasil
mmarroyo@usp.br

A América Latina numa encruzilhada: o caso do projeto de integração?¹

Resumo

Consideramos América Latina como um conjunto de territórios nacionais com relações de cooperação e conflito em permanente redefinição; territórios usados por agentes com diferentes força e poder que expressam uma multiplicidade de interesses e contradições. A partir deste pressuposto, analisamos os novos elementos da conjuntura político-econômica desde os anos 2000 bem como os novos conteúdos no discurso e na orientação de instituições latino-americanas. Ao apontar as diferentes iniciativas de integração traçadas num lapso de uma década e meia, observamos que, ainda sobre a base de dissensos e de perspectivas muitas vezes opostas, predomina principalmente a convergência em torno de uma integração regional soberana. Mas, pelas recentes mudanças de rumo acontecidas em países como Argentina e Brasil, refletimos sobre as perspectivas dessa integração e nos perguntamos se não se trataria de seu ocaso.

Palavras-chave: América Latina, integração regional, uso do território.

Abstract

LATIN AMERICA AT A CROSSROADS: DECLINE OF THE INTEGRATION PROJECT?

We consider Latin America as a group of national territories in cooperation and conflict relations in constant reformulation; territories used by agents with different strength and power that express a multiplicity of interests and contradictions. From this assumption, we analyze the new elements of the political-economic conjuncture since the 2000s as well as the new contents of Latin American institutions' discourse and orientation. In pointing out the different integration initiatives drew up in a period of one and half decade, we observe that, while on the basis of dissents and

perspectives often opposite, mainly the convergence of a sovereign regional integration predominates. Nevertheless, because of recent changes of course happened in countries like Argentina and Brazil, we reflect on the perspectives of this integration and question whether it is about its decline.

Key-words: Latin America, regional integration, use of territory.

1. Introdução

“... soy un pedazo de tierra que vale la pena...”

... soy América Latina, un pueblo sin piernas pero que camina”

Calle 13 – Latinoamérica

A América Latina é uma miscigenação de culturas e filosofias muito bem retratada por diferentes expressões artísticas. Aprendemos sobre seu cotidiano por meio de inúmeros relatos de autores como Nicolás Guillén, Pablo Neruda, Carlos Drummond de Andrade, Julio Cortázar, Gabriel García Márquez, Juan Rulfo, Mario Benedetti, Eduardo Galeano, entre tantos outros. Sem dúvida, a literatura latino-americana é muito rica em descrições e caracterizações desse caleidoscópio de vidas cruzadas por encontros e desencontros permanentes.

Desde a Geografia também se abrem diversas perspectivas para nos aproximarmos desse real complexo. Um caminho possível para entender a América Latina e seu processo de integração pode ser trilhado considerando o território como ponto de partida. Afinal, “o território tomado como um todo dinâmico, é, hoje, o principal revelador dos grandes problemas nacionais, já que ele permite uma visão não-fragmentada e unificada dos diversos processos sociais, econômicos e políticos” (SANTOS, 2002, p. 100). Neste sentido, propomos considerar os territórios nacionais não como substratos materiais vazios e inertes, mas como âmbitos produzidos e usados por múltiplos agentes com diferentes força e poder, com distintas capacidades de usar e controlar suas bases naturais e técnicas assim como de definir e regular suas bases normativas e políticas, e com uma diversidade de imaginários, representações, interpretações (ARROYO, 2015). Isto não significa tomá-los de forma isolada como se fossem entes independentes

um do outro; mas, ao contrário disso, segundo assinala Santos (2002), o território constitui, para os lugares, aquele quadro de vida social onde tudo é interdependente, incluindo também a fusão entre o local, o global e o nacional. Podemos considerar a América Latina como um conjunto de territórios nacionais com relações de cooperação e conflito em permanente redefinição; territórios usados por agentes com diferentes força e poder que expressam uma multiplicidade de interesses e contradições.

Com esta posição reforçamos a tese, tão contestada na década de 1990, de que o capitalismo não perdeu sua dimensão nacional. Os estados nacionais conservam, embora de forma assimétrica, certa capacidade de regulação do processo de acumulação no marco de uma estrutura da economia mundial capitalista fortemente hierárquica e polarizada.

2. O contexto: observando a conjuntura e os discursos predominantes

Por estarem submetidos a um processo histórico de desenvolvimento desigual e combinado, os territórios latino-americanos têm se configurado de forma fragmentada com uma forte tendência à concentração da riqueza e da renda, à seletividade espacial dos investimentos, à segregação urbana, aos conflitos pela terra em âmbitos rurais. Ao longo de sua história, usos diversos foram marcando este continente como resultado de projetos antagônicos.

Na década de 1990, com o avanço do neoliberalismo, essas tendências se acentuam através de diferentes mecanismos: privatizações, flexibilização das leis trabalhistas, precarização do trabalho, desregulação da circulação de capitais financeiros, entre outros. Os meios de comunicação anunciam a quebra do Estado devido à sua ineficiência – discurso predominante que cria uma psicosfera favorável ao Estado mínimo, pressuposto fundamental do neoliberalismo. Nesse contexto, aumenta a vulnerabilidade dos territórios latino-americanos. Isto ocorre, por exemplo, quando o pagamento da dívida externa compromete o uso das divisas resultantes das exportações, retirando do território a possibilidade de realizar mais investimentos em obras de infraestrutura, mais créditos para pequenos

produtores, mais financiamento para a saúde, a educação, o saneamento, a habitação (ARROYO, 2006).

Na década de 2000, são eleitos novos governos que se opõem às ideias e práticas neoliberais predominantes na década anterior², com propostas para priorizar o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição da renda e para contrapor políticas sociais ao ajuste fiscal. Trata-se de uma conjuntura política construída com dinâmicas próprias em cada formação socioespacial latino-americana, que experimentam, com ritmos diferentes, um crescimento econômico estimulado pelo ciclo de expansão generalizada da economia mundial. Num lapso de uma década e meia, se definem políticas para a expansão e o fortalecimento do mercado interno e para reduzir a pobreza e a exclusão social, com uma preocupação por encontrar uma efetiva articulação do econômico e do social. Houve melhoras nas áreas de saúde, educação e habitação, num quadro de atraso histórico. Podemos falar de territórios em transformação como resultado de uma ampliação de políticas sociais e de extensão do mercado interno de consumo e, sobretudo, devido ao papel ativo do Estado na condução da economia e na garantia dos direitos sociais. Processos que se opõem ao Estado mínimo e à centralidade do mercado que o neoliberalismo defende. Segundo Theotonio dos Santos (2011, p. 16), “desde baixo foram se articulando sujeitos sociais ativos com objetivos próprios e o poder de criar novos contextos sociopolíticos e ideológicos capazes de fazer frente ao pensamento único neoliberal que imperou em todo o mundo”.

Nesse contexto, também se observam novos conteúdos no discurso e na orientação de instituições latino-americanas. A Secretária Executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Alicia Bárcena (2016), ao realizar um balanço histórico da trajetória do pensamento cepalino, destaca que em sua sétima década de existência esta instituição se encontra na trincheira do debate sobre a crítica à desigualdade. Em 2010, a Cepal publicou o documento intitulado *A hora da igualdade: brechas por fechar, caminhos por abrir*, no qual se apresentam várias recomendações: propor um desenvolvimento centrado no valor da igualdade com enfoque de direitos; aplicar controles de capital para regular a entrada e a saída dos fluxos externos; realizar reformas fiscais progressivas e políticas públicas estatais mais ativas; promover o investimento

mediante políticas industriais ativas, o que inclui o apoio às pequenas e médias empresas e o fomento da pesquisa e do desenvolvimento. Como afirma Bárcena (2016, p. 67, tradução nossa),

com estas propostas, se procurou distanciar-se da ortodoxia dos anos oitenta e noventa, no entendimento de que impunha uma camisa de força ao desenvolvimento das capacidades produtivas da região. As propostas heterodoxas que formulou a Cepal estavam em sintonia com os novos tempos.

Em 2012, a Cepal publicou o documento intitulado *Mudança estrutural para a igualdade: uma visão integrada do desenvolvimento*, no qual aponta diversos fatores que dificultam o desenvolvimento sustentável: a dependência da região em relação à exportação de matérias-primas; a ausência de políticas industriais e tecnológicas; a relutância ao uso de instrumentos de regulação dos fluxos internacionais de capital. E, em 2014, para completar o que Bárcena chama de “trilogia da igualdade”, aparece o documento *Pactos para a igualdade: rumo a um futuro sustentável*, no qual se expõe que, para alcançar uma dinâmica virtuosa entre melhores instituições e estruturas mais propícias para o desenvolvimento e a igualdade social, são necessários contratos ou pactos sociais em distintas esferas (produtiva, fiscal, do meio ambiente, social e laboral). É um período em que predomina uma análise neo-estruturalista³, mais de acordo com os governos vigentes naquele momento.

Num de seus últimos escritos, Aldo Ferrer (2016, p. 4, tradução nossa) afirma que “ao longo de sua história a Argentina tem oscilado entre o modelo econômico nacional e popular e o neoliberal”⁴. Poderíamos estender esta premissa para a América Latina no sentido que o autor atribui a cada modelo: o primeiro se caracteriza pelo protagonismo do Estado, pelo impulso soberano e pela ênfase na inclusão social; e o segundo, por sua confiança nas virtudes do mercado, pela abertura incondicional à ordem mundial e pela prescindência da distribuição da renda. É evidente que esta alternância não tem ocorrido de maneira igual em todos os territórios latino-americanos, mas, certamente, estes têm atravessado momentos nos quais experimentaram, em graus distintos, uma ou outra dessas orientações.

3. As iniciativas de integração: orientações e avanços recentes

Do ponto de vista das relações internacionais, na década de 2000, os governos da América Latina procuram uma integração com maior autonomia e, para tanto, priorizam os processos de cooperação regional e os intercâmbios Sul-Sul frente aos tratados de livre comércio com os Estados Unidos. A derrota do projeto para a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) na Cúpula das Américas de Mar del Plata, em novembro de 2005, marca um momento de reconfiguração da história recente da integração latino-americana (ARROYO, 2010; MARTIN, 2010; GANDÁSEGUI; MARTINS; VOMMARO, 2015; BRITO; LEWIT, 2015; KAN, 2016). Nesse contexto, se define uma nova arquitetura com a emergência de iniciativas como a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC).

Em 2004, com o objetivo de integrar processos regionais desenvolvidos pelo Mercosul e pela Comunidade Andina (CAN), cria-se a Comunidade Sul-americana de Nações, que, em 2007, muda o nome para Unasul. Em 2008, a Unasul aprova seu Tratado Constitutivo, que entra em vigor em 2011, formada por: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Em 2004, firma-se também o “Acordo entre Venezuela e Cuba para a aplicação da Alba”. Nesse momento dá-se-lhe o nome de Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), que sucessivamente ganha a adesão de vários países: Bolívia, Nicarágua, Dominica, Honduras, Equador, Antígua e Barbuda, São Vicente e as Granadinas, Haiti, Santa Lúcia e Suriname. Em 2009, anuncia-se a mudança de nome para Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América, substituindo a palavra “alternativa” que estava na denominação original.

Em 2010, foi acordada a criação da Celac na II Cúpula da Unidade da América Latina e Caribe (II CALC) realizada no *México*. A Celac é concebida como um mecanismo intergovernamental de diálogo e consulta política que inclui os trinta e três países da América Latina e Caribe. Esta iniciativa foi constituída definitivamente em 2011 na Venezuela no marco da III Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento

(III CALC). Em seu documento fundacional fica clara sua função como espaço de convergência:

Impulsionar uma agenda integrada, com base no patrimônio do Grupo Rio e os acordos da CALC, assim como dos mecanismos e grupos de integração, cooperação e consulta já existentes, que constituem todos, em conjunto, um valioso ativo regional que se sustenta nos princípios e valores compartilhados (CALC, *Declaración de Cancún*, 2010).

Cabe também mencionar algumas mudanças produzidas no seio do Mercosul. Por um lado, se amplia o número de membros plenos com a incorporação da Venezuela (2006) e da Bolívia (2015), assim como o número de estados associados (Chile, Colômbia, Equador, Peru, Guiana e Suriname). Por outro lado, passa-se de uma orientação com ênfase no aspecto comercial para uma proposta de maior alcance e com foros que incluem diversos temas (democracia, direitos humanos, emprego, questões sociais, mulheres, cinematografia, cooperativas, agricultura familiar).

Nesse novo momento da integração latino-americana, representado pelas diferentes iniciativas enunciadas, procura-se uma maior aproximação nas esferas econômica, social e política, e uma coordenação/ uma cooperação maior em assuntos de educação, cultura, infraestrutura, energia, ciências e finanças. Também se buscam posições mais autônomas em relação ao intervencionismo norte-americano bem como em âmbitos como a Organização Mundial do Comércio.

Simultaneamente, são criadas instituições específicas para atuar em torno de questões estratégicas como comunicações, finanças e defesa. Em 2005, é fundada a Telesur, rede latino-americana de comunicação, organizada como um órgão multi-estatal com maior participação da Venezuela, Argentina, Cuba, Uruguai e Bolívia, que tem por finalidade ser uma alternativa ao discurso único das grandes cadeias informativas, representando uma pluralidade de vozes. Em 2007, no âmbito da Unasul, cria-se o Banco do Sul, com sete países signatários: Argentina, Brasil, Venezuela, Bolívia, Equador, Paraguai e Uruguai; seu objetivo principal é financiar a integração e conceder crédito sem as restrições tradicionalmente impostas por instituições como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Em 2008, cria-se o Conselho de Defesa Sul-Americano

para implementar políticas em matéria de cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz, indústria e tecnologia da defesa, formação e capacitação.

Nesse período, se defende em todos os fóruns internacionais o fim do bloqueio norte-americano a Cuba; em 2008, se desenvolve uma participação ativa e pacificadora nos conflitos de fronteira entre Equador e Colômbia; em 2009, toma-se uma posição dura frente ao golpe militar em Honduras e, em 2012, há uma rápida reação contra o golpe que derrubou o governo do presidente Fernando Lugo no Paraguai.

É interessante ressaltar que, num lapso de uma década e meia, ainda sobre a base de dissensos e de perspectivas muitas vezes opostas, predomina principalmente a convergência em torno de uma integração regional soberana. Existe uma sintonia ideológica e política entre a maioria dos governos da região, que procura maior autonomia em relação aos Estados Unidos como centro unipolar dominante; hegemonia respaldada fundamentalmente pela moeda (o dólar como divisa mais utilizada nas transações internacionais) e pelas armas (supremacia da indústria e da comercialização de armas). Numa economia mundial com uma estrutura produtiva e de circulação mundial de mercadorias liderada por grandes conglomerados transnacionais, as empresas de origem norte-americana mantêm uma grande liderança. Como apontam Caputo e Galarce (2016, p.3, tradução nossa), “os lucros enviados aos Estados Unidos pelas empresas estadunidenses no exterior têm tido um crescimento extraordinário que se aproxima dos 700 bilhões de dólares nos últimos anos, em relação aos 200 bilhões de dólares no início da década de 2000”. Por outro lado, a presença de bases militares dos Estados Unidos em distintos territórios da América Latina também é uma demonstração do poderio desse país; são bases pequenas, camufladas como inofensivas, mas conversíveis em verdadeiras bases militares em poucas horas, que operam em rede (LUZZANI, 2012). Não se conhece com exatidão a quantidade de bases que possuem, embora algumas estimativas apontem para mais de 30 (Colômbia, Paraguai, Peru, Cuba, El Salvador, Honduras, Costa Rica, Panamá).

Sob o ponto de vista comercial, e depois do fracasso da Alca, os Estados Unidos optaram por subscrever acordos bilaterais com diferentes países da América do Sul (Chile, Colômbia, Peru). Leva-se a cabo individualmente

uma política de negociação de tratados de livre comércio (TLC) que contemplam a liberalização rápida do comércio de bens, incluem o comércio de serviços e têm um tratamento mais frouxo dos assuntos regulatórios; à diferença dos países membros do Mercosul, que somente negociam em bloco (conjuntamente) com terceiros mercados. Paralelamente, se impulsiona o Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica (*Trans-Pacific Partnership - TPP*), resultado de negociações realizadas desde 2008 entre doze países do Pacífico, entre eles México, Peru e Chile. No início este acordo foi considerado como uma estratégia dos Estados Unidos para frear o avanço da China na região (MUTIS, 2015). Outro tratado menos conhecido é o TISA (*Trade in Services Agreement*), acordo sobre o comércio de serviços que começa a ser negociado em 2012 por iniciativa dos Estados Unidos e da União Europeia e pretende abrir os mercados para serviços financeiros, telecomunicações, transportes, assistência sanitária, entre outros. Participam deste acordo 50 países, entre os quais se encontram Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Panamá, Peru e Paraguai.

Apesar do economicismo neoliberal imperante nos países centrais, a América Latina buscou outros rumos; as diferentes práticas sociopolíticas desenvolvidas na última década e meia permitiram imprimir novas dinâmicas nos territórios latino-americanos como também estimularam um processo de integração com incorporação de novas agendas e com um empenho em percorrer caminhos de maior autonomia. No entanto, este processo não esteve livre de contradições, avanços e retrocessos.

Um dos problemas mais agudos é a reprimarização da economia, que tem como correlato a expansão das fronteiras agrícola e extrativa mineira, uma tendência crescente em grande parte dos territórios da região. Desse modo, ampliam-se e intensificam-se circuitos produtivos processadores de recursos naturais, como a mineração, a produção de soja, a produção florestal e de celulose. Isto tem várias consequências a serem consideradas. Por um lado, diversos ecossistemas aparecem cada vez mais pressionados pela expansão destas atividades (os pântanos, os sistemas de lagunas alto andinas, as cabeceiras de bacias, a Amazônia, os glaciares, os cerrados). Por outro, são circuitos produtivos que estão fortemente controlados por grupos econômicos nacionais e estrangeiros, o que fortalece o uso oligopólico do território. A reprimarização reforça a inserção numa divisão internacional

do trabalho na qual se atribui à América Latina a função de abastecedora de matérias-primas, próxima de um esquema de comércio tipicamente ricardiano, com exportações de baixo conteúdo tecnológico e limitado valor agregado nacional. Trata-se de *commodities* agrícolas e minerais operando em mercados internacionais altamente competitivos, nos quais a variável preço desempenha um papel fundamental. Esta situação se explica principalmente pelo protagonismo da China, que ocupa um lugar preponderante no comércio exterior da América Latina; seu dinamismo econômico tem contribuído para o ciclo de elevados preços internacionais das exportações latino-americanas (PERROTI, 2015; BONILLA; MILET GARCÍA, 2015).

Nos últimos anos se observa uma conjuntura internacional mais desfavorável, na qual se manifestam, entre outros fatores, a exaustão do *boom* de preços das *commodities* e a desaceleração da economia da China. A isto se agrega uma série de transformações políticas em alguns países como Argentina e Brasil, que evidenciam um avanço conservador e uma volta a experiências neoliberais anteriores, com posições favoráveis à assinatura de acordos de livre comércio com os Estados Unidos.

4. Ocaso do projeto de integração?

Por que é necessária uma reflexão sobre as novas ofensivas do neoliberalismo? Parece que tudo já foi dito e que as críticas já se esgotaram. No entanto, dada a conjuntura internacional, pode crescer ainda mais o risco das duas violências consideradas por Milton Santos para caracterizar a globalização: a do dinheiro e a da informação. Segundo este autor, as duas violências ou tiranias que se constituem como bases da globalização em seu caráter perverso são: o dinheiro em estado puro ao qual todas as economias nacionais são chamadas a adaptar-se e a informação comandada por um pequeno grupo de grandes empresas que se dedicam à produção de notícias e *marketing*:

São duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justificam as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos – isto é, dos globalitarismos – a que estamos assistindo (SANTOS, 2000, p. 38).

Presentes na América Latina, estas duas violências sempre atuaram de maneira profunda em nossos territórios estruturalmente desiguais. Ainda que na última década e meia existiram tentativas para enfrentá-las, com diferentes modalidades e intensidades em cada formação socioespacial, não se conseguiu fazê-lo com a força suficiente e vários limites econômicos, políticos e ideológicos se revelam.

As finanças movem a economia e estendem seus tentáculos a todos os aspectos da vida, adquirindo uma existência praticamente autônoma. Esta tendência se torna o principal regente dos territórios nacionais ou de suas frações. Os principais beneficiários são os bancos e as grandes empresas que, ao buscar a valorização do capital em aplicações financeiras, não criam atividades produtivas nem pagam impostos, freando, portanto, a economia. Estes recursos poderiam ser revertidos em estradas, linhas férreas, saúde, educação etc., contudo, se canalizam para bancos que, por sua vez, colocam esse dinheiro em paraísos fiscais (DOWBOR, 2016). Segundo Dowbor, se trata de um capitalismo de dinheiro parado, um capitalismo improdutivo planetário, que se consolida gerando lucros via especulação, sem produção e sem pagamento de impostos. Os paraísos fiscais, “que se caracterizam por sigilo, alíquotas baixas ou iguais a zero e por falta de divulgação de qualquer informação comercial relevante, são as ferramentas mais óbvias que as multinacionais utilizam para escapar de impostos” (OXAM, 2016). O mais recente escândalo do *Panamá Papers*, revelado em abril de 2016, aponta o ocultamento de propriedades de empresas, ativos, lucros e evasão tributária de chefes de Estado e de governo, personalidades das finanças, dos negócios, esportes e artes de diferentes países do mundo, incluindo vários da América Latina. Trata-se de diversas estratégias que desenham um emaranhado de sociedades *offshore*, formadas em paraísos fiscais para facilitar operações internacionais, encobrir titularidades em terceiros países ou evadir impostos.

A informação concentrada nas mãos de um pequeno número de grandes empresas que se dedicam à produção de notícias e propaganda é outra das formas como se apresenta a globalização perversa. A capacidade que têm os grandes meios de comunicação de influir na formação da opinião pública continua crescendo, apesar do importante papel que atualmente têm a internet, as redes sociais e os meios audiovisuais alternativos.

Essas empresas produzem a pauta reproduzida diariamente por rádios, canais de televisão e meios digitais e assim forjam diretamente a agenda política nacional. Por tratar-se de grandes conglomerados econômicos, com propriedade cruzada dos diferentes meios, a palavra é monopolizada e criadora de um discurso único.

Uma forma de enfrentar estes problemas tem sido renovar a legislação que regula as indústrias de comunicação e cultura (PASTI, 2015). De fato, vários países da América Latina avançaram neste campo e aprovaram leis importantes que regulam o controle dos meios de comunicação, como Venezuela, Argentina, Bolívia, Equador, Uruguai; outros como Brasil e Chile, apesar de contar com projetos de lei, não tiveram o apoio político necessário para avançar nesse sentido. Os novos marcos legislativos têm como objetivo a criação de um ambiente para a elaboração de imaginários coletivos interculturais mais democráticos e menos monótonos, baseados na pluralidade de vozes que convivem em nosso continente (SAINTOUT; VARELA, 2015). Não obstante, mudanças de governo podem significar um freio a estas propostas ou uma alteração de sentidos, como está ocorrendo na Argentina.

Em termos dos projetos de integração latino-americana, começam a surgir discursos adversos ao caminho percorrido nesta década e meia. Em meados de 2016, o Mercosul sofre fortes críticas pela presença da Venezuela no bloco e, por outro lado, a Argentina tem explicitado seu propósito de abrir relações comerciais com o Tratado do Pacífico. São episódios que podem torná-lo uma instância irrelevante como outras instituições regionais ou internacionais. Isto também poderá ocorrer talvez com a Unasul ou a Celac. Por isso nos perguntamos se não se trataria de seu ocaso.

5. Reflexão final

Em momentos de crise, de retrocesso, é interessante refletir sobre a proposição de Milton Santos a respeito dos territórios esquizofrênicos. “Produz-se uma verdadeira esquizofrenia, já que os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante mas também permitem a emergência de outras formas de vida” (SANTOS, 2000, p. 80).

E logo o autor agrega: “essa esquizofrenia do território e do lugar tem um papel ativo na formação da consciência”.

Podemos recordar os importantes princípios defendidos em cartas magnas como a Constituição do Brasil (1988), chamada de “Constituição Cidadã”, ou na Constituição da Colômbia (1991), denominada a “Constituição dos Direitos Humanos”. Também podemos resgatar a força estabelecida pela Constituição do Equador (2008) e a Constituição da Bolívia (2009) ao declarar a existência e o reconhecimento do Estado Plurinacional.

Podemos pensar em outro tipo de centralidade, na centralidade da periferia como novo fator dinâmico da história. Para isto precisamos insistir numa integração constituída de baixo para cima.

Se a realização da história, a partir dos vetores ‘de cima’, é ainda dominante, a realização de uma outra história a partir dos vetores ‘de baixo’ é tornada possível. E para isso contribuirão, em todos os países, a mistura de povos, raças, culturas, religiões, gostos etc. (SANTOS, 2000, p. 166).

Para finalizar, o convite é para assumirmos a complexidade e evitar visões centralistas e simplificações territoriais, como sugere Julio Carrizosa Umaña (2014). Este autor colombiano, ao refletir sobre seu país, propõe fazê-lo a partir desse paradigma; ou seja, propõe pensar nessa totalidade chamada Colômbia, em seu ambiente complexo:

Talvez a conjuntura atual seja a adequada para converter esses imaginários, essas memórias que flutuam entre a ilusão e a nostalgia, em realidades territoriais, em novos povos e novas cidades, em lugarejos e campos onde possam viver os que não estão subjugados pelos dogmas, pelas simplificações, armadilhas, violências ou pelos desdêns. Lugares onde os entusiastas, os indisciplinados, os apaixonados, os cortesões, os bondosos ou os sábios possam perseguir a felicidade. Afortunadamente o país é suficientemente grande e complexo para que esses lugares existam (CARRIZOSA-UMAÑA, 2014, p. 233, tradução nossa).

Poderíamos estender este pensamento para a América Latina e para sua diversidade; essa diversidade que abriga muitas racionalidades. Talvez este seja o segredo de sua força e por isso a realização de uma história a partir dos vetores “de baixo” ainda se fará possível.

Notas

- ¹ Este texto resulta da conferência proferida no *VII Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales* (VII CIETA), na cidade de Manizales, Colômbia, no dia 4 de novembro de 2016.
- ² Foram eleitos os presidentes Hugo Chavez na Venezuela; Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff no Brasil; Néstor e Cristina Kirchner na Argentina; Tabaré Vasquez e José Mujica no Uruguay; Evo Morales na Bolívia; Rafael Correa no Equador.
- ³ Conforme explica a autora, o neoestruturalismo que caracteriza o pensamento cepalino atual estabelece um diálogo com um conjunto heterogêneo de enfoques (evolucionistas, institucionalistas, escola da regulação, marxistas, pós-Keynesianos) (BÁRCENA, 2015).
- ⁴ Aldo Ferrer é um importante economista argentino que faleceu em março de 2016. Este artigo que citamos foi publicado no *Le Monde Diplomatique*, edição n. 201, coincidentemente em março de 2016.

Referências

ARROYO, Mónica. América Latina na aurora do século XXI: por uma busca de consensos ativos. **Ciência Geográfica**, v. XIX, n. 1, p. 16-23, 2015.

ARROYO, Mónica. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos. O papel das finanças. In: LEMOS, Amalia Inés; SILVEIRA, María Laura; ARROYO, Mónica (Org.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 177-190.

ARROYO, Mónica. Mercosul: definição do pacto territorial vinte anos depois. In: ARROYO, Mónica; ZUSMAN, Perla (Org.). **Argentina e Brasil: possibilidades e obstáculos no processo de integração territorial**. São Paulo: Humanitas; Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2010. p. 59-82.

BÁRCENA, Alicia; PRADO, Antonio (Ed.). **Neoestructuralismo y corrientes heterodoxas en América Latina y el Caribe a inicios del siglo XXI**. Libros de la CEPAL, n. 132. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2015.

BÁRCENA, Alicia. El pensamiento económico en la CEPAL: pasado y presente. In: **CEPAL: Reflexiones sobre el desarrollo en América Latina y el Caribe. Conferencias Magistrales 2015**. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2016.

BONILLA Soria, Adrián; MILET GARCÍA Paz (Ed.). **China en América Latina y el Caribe: Escenarios estratégicos subregionales**. San José, Costa Rica: FLACSO, CAF, 2015.

BRITO, Gisela; LEWIT, Agustín (Coord.). **Cambio de época**. Voces de América Latina. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, 2015.

CAPUTO, Orlando; GALARCE, Graciela. Crisis de la economía mundial y aumento de las ganancias en Estados Unidos. **Boletín Nuestra América XX**. Desafíos y Alternativas 1, Grupo de Trabajo de CLACSO 2-3, 2016.

CARRIZOSA-UMAÑA, Julio. **Colombia compleja**. Bogotá, Colombia: Instituto de Investigación de Recursos Biológicos Alexander von Humboldt, 2014.

CALC - Cumbre de América Latina y el Caribe sobre Integración y Desarrollo. **Declaración de Cancún**. Riviera Maya, México: XXI Cumbre del Grupo de Río y la II Cumbre de América Latina y el Caribe sobre Integración y Desarrollo (CALC), 23 de febrero de 2010.

DOWBOR, Ladislau. **Como as corporações cercam a democracia**, 2016. <http://outraspalavras.net/posts/dowbor-como-as-corporacoes-cercam-a-democracia/>. Acessado em agosto de 2016.

DOWBOR, Ladislau. **Entrevista IHU On-Line**, n. 492, 2016. <http://www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias?id=559920:cercamento-da-democracia-e-fim-do-capitalismo-democratico-entrevista-especial-com-ladislau-dowbor&catid=159>. Acessado em setembro de 2016.

FERRER, Aldo. El regreso del neoliberalismo. **Le Monde Diplomatique**, año XVII, n. 201, p. 4-7, 2016.

GANDÁSEGUI, Marco; MARTINS, Carlos; VOMMARO, Pablo (Coord.). **Soberanía, hegemonía e integración de las democracias en revolución en América Latina**. Quito: Editorial IAEN, 2015.

KAN, Julián. **El No al ALCA diez años después**: la Cumbre de Mar del Plata y la integración latinoamericana reciente. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2016.

LUZZANI, Telma. **Territorios vigilados**. Cómo opera la red de bases militares norteamericanas en Sudamérica. Buenos Aires: Editorial Debate, 2012.

MARTÍN, André. Sopa de letrinas: Alba, Alca, Mercosul, Unasul, Can ... Para onde vai a integração latino-americana? In: ARROYO, Mónica; ZUSMAN, Perla (Org.). **Argentina e Brasil**: possibilidades e obstáculos no processo de integração territorial. São Paulo: Humanitas; Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2010. p. 37-58.

MUTIS, Alicia Puyana. ¿Hacia dónde van y qué buscan los Estados Unidos de Norteamérica con las iniciativas de cooperación transatlántica y transpacífica? In: GANDÁSEGUI, Marco; MARTINS, Carlos; VOMMARO, Pablo (Coord.).

Soberanía, hegemonía e integración de las democracias en revolución en América Latina. Quito: Editorial IAEN, 2015. p. 91-120.

OXFAM América. 2016. **Sistema Falido.** Como o deficiente sistema tributário americano perde bilhões com a evasão fiscal das empresas. <https://www.oxfam.org.br/publicacoes>. Acessado em outubro de 2016.

PASTI, André. As novas políticas de comunicação na América Latina e os círculos ascendentes de informação. In: ENANPEGE - ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 11, 2015. **Anais...** Presidente Prudente: ANPEGE, 2015, p. 4909-4921.

PERROTI, Daniel. La República Popular de China y América Latina: impacto del crecimiento económico chino en las exportaciones latinoamericanas. **Revista de la Cepal**, n. 116, p. 47-60, 2015.

SAINTOUT, Florencia; VARELA, Andre (Org.). **Voces abiertas. Comunicación, política y ciudadanía en América Latina.** La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Periodismo y Comunicación Social; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

SANTOS, Milton. **O país distorcido.** São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento crítico à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Theotonio dos (Ed.). **América Latina y el Caribe: Escenarios posibles y políticas sociales.** Montevideo: UNESCO, 2011.

Recebido em: 01/04/2017

Aceito em: 15/05/2017